

POLÍTICA

NO PLANALTO

À espera de cargos, partido se irrita com mudanças na Petrobras e reclama que governo havia prometido não tratar de indicações agora

Nomeação de petistas incomoda o PMDB

DANIEL PEREIRA
DA EQUIPE DO CORREIO

José Varela/CB - 12/9/07



O PRESIDENTE DO PMDB, MICHEL TEMER, E O LÍDER NA CÂMARA, HENRIQUE ALVES: DISPUTA COM PT NO SETOR ELÉTRICO

O PMDB ficou resabiado depois que o governo realizou, na sexta-feira passada, mudanças no grupo Petrobras para acomodar o ex-senador petista José Eduardo Dutra na presidência da BR Distribuidora. Com as maiores bancadas da Câmara e do Senado, o partido teme perder a disputa com o PT por cargos estratégicos de segundo escalão. Sobre o setor energético, cujas estatais têm orçamento para investimento de R\$ 45 bilhões neste ano.

Os dois partidos travam disputa renhida pelos postos. A primeira decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi favorável ao PMDB, com a escolha do ex-prefeito Luiz Paulo Conde para presidir Furnas. Movida a peça e iniciada a tramitação da proposta de prorrogação até 2011 da cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o governo acertou com os partidos aliados que o rasteio dos principais cargos só seria retomado após a aprovação do texto. A ideia era afastar a acusação de fisiologismo.

“Nos foi dito que não era para mexer nisso durante a votação da CPMF. Pelo menos, essa regra está valendo para o PMDB e o PP”, disse o deputado Henrique Eduardo Alves (RN), líder do PMDB na Câmara. A bancada peemedebista na Casa defende a nomeação de João Augusto Fernandes e do ex-governador Paulo Afonso para, respectivamente, a diretoria Internacional da Petrobras e a presidência da Eletrosul (leia quadro).

“Parceria”
O PT quer manter Nestor Cerveró no primeiro cargo e emplacar o ex-deputado Jorge Boeira no segundo. Alves afirma que as indicações do PMDB estão mantidas. Lutará por elas depois de aprovação da prorrogação da CPMF. Vice-líder do bloco comandado pelo PMDB na Câmara, o deputado Tadeu Filipelli (DF) declara que não cabem críticas às decisões do presidente. Ressalta, no entanto, que coalizão requer divisão de obrigações e responsabilidades.

“O PMDB tem dado demonstrações no plenário do parceiro que é”, diz Filipelli. Na votação em primeiro turno da proposta da CPMF, participaram 85 dos 313

deputados peemedebistas. Do total, 77 foram a favor da prorrogação do tributo e oito contra. A bancada do Senado também está de olho nas estatais do setor energético. Acredita ter vida mais fácil porque o grupo, do qual faz parte na prática o deputado Jader Barbalho (PA), combinou com o governo indicar o futuro ministro de Minas e Energia, além dos presidentes da Eletrobrás e da Eletronorte.

Até agora, o PT só manifestou, mesmo assim de forma tímida, o

pela nomeação do ex-deputado petista Jorge Boeira, enquanto a bancada do PMDB na Câmara trabalha pelo ex-governador Paulo Afonso. Diretor técnico da empresa, Ronaldo dos Santos Custódio exerce interinamente a presidência

Diretoria Internacional da Petrobras
● Petistas, como Delcídio Amaral (MS), articulam para manter Nestor Cerveró no posto, que é cobiçado pela bancada do PMDB na Câmara, que insiste no nome

de João Augusto Fernandes

Outros postos

● Na semana passada, o PT conseguiu emplacar o ex-senador José Eduardo Dutra na presidência da BR Distribuidora e remanejar Maria das Graças Fortes para a diretoria de Gás da Petrobras. O PMDB dá como certo que o presidente aceitará a indicação do partido para a presidência da Eletronorte. O PP quer manter Paulo Roberto Costa na diretoria de Abastecimento da Petrobras

desejo de manter no comando da Eletrobrás o interino Valter Cardeal, que substituiu o ex-deputado Aloísio Vasconcelos (PMDB-MG). “Se o Silas Rondau não for denunciado pelo Ministério Público, voltará para o ministério. Por uma questão de justiça”, diz o líder do PMDB no Senado, Valdir Raupp (RO). Apesar de tentar descolar as nomeações das votações, o governo acelerou no segundo semestre o preenchimento de cargos. O PP conseguiu emplacar

Leodegar Tiscoski e Luiz Carlos Bueno de Lima em secretarias do Ministério das Cidades. Agora quer manter Paulo Roberto Costa na diretoria de Abastecimento da Petrobras. No mês passado, Lula escolheu para chefiar a Superintendência de Seguros Privados (Susep) Armando dos Santos Júnior, sugerido pelo PTB, partido que foi acusado no primeiro mandato de operar um esquema de corrupção no setor. Já o PR conquistou a maioria das superintendências estaduais do DNIT.

“Quem sonega é contra CPMF”

Marcelo Ferreira/CB - 15/6/07



O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, disse ontem, em Curitiba, que, além do interesse político, há participação de sonegadores em movimentos que defendem o fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). “Não tem dúvida de que por trás do clamor que a sociedade faz para que se baixe a carga tributária, é evidente que tem o movimento político para desestabilizar as contas do governo e conseqüentemente tentar prejudicar o presidente Lula ou coisa parecida”, afirmou. “E não tem dúvida de que tem também a parcela daqueles que sonegam e que vêm a CPMF com ódio porque é uma espécie de dedo-duro da sonegação”, acrescentou.

Bernardo esteve em Curitiba para uma palestra sobre a Realidade Econômica Brasileira a funcionários e conselheiros do Tribunal de Contas do estado do Paraná. Numa semana em que a Câmara dos Deputados tenta um esforço concentrado para concluir a

votação em primeiro turno da proposta de emenda à Constituição que prorroga a contribuição, o ministro rechaçou insinuações sobre barganhas. “Quem está falando isso é o pessoal da oposição, principalmente o PSDB e o PFL, que agora se chama DEM. Mas eles inventaram essa CPMF. Não

sei se eles fizeram essas barganhas quando criaram e renovaram por três ou quatro vezes a CPMF, mas eu posso dizer que nós não estamos fazendo nada que possa envergonhar o país”, acentuou.

O ministro voltou a afirmar que o governo não tem como abrir mão da receita prevista de

PARA O MINISTRO PAULO BERNARDO, SONEGADORES “TÊM ÓDIO” DA CONTRIBUIÇÃO

ALENCAR PEDE APROVAÇÃO

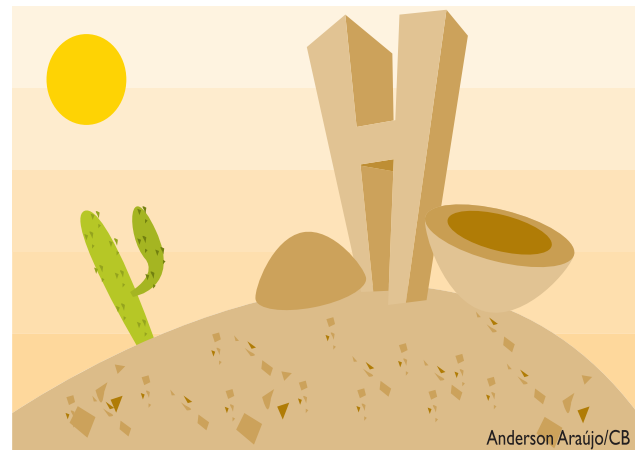
O presidente da República em exercício, José Alencar, insistiu ontem que seria uma “irresponsabilidade” o Congresso não aprovar a prorrogação da CPMF. “Todos nós somos contra a CPMF, só que não podemos adotar uma postura de irresponsabilidade”, afirmou Alencar, depois de abrir a Feira Internacional de Tecnologia Naval (Fenashore), em Niterói.

R\$ 39 bilhões no próximo ano, proveniente do desconto de 0,38% de cada movimentação financeira. “A discussão que temos de fazer é como podemos aproveitar o momento positivo de crescimento econômico e fazer um movimento de redução gradativa da carga tributária”, propôs.



NAS ENTRELINHAS
por Alon Feuerwerker

e-mail alon.feuerwerker@correioeb.com.br



Anderson Araújo/CB

Brasília e Macondo

A Câmara dos Deputados aprovou a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Desvinculação das Receitas da União (DRU). Aprovou do jeitinho que a coisa veio do Executivo. Como se trata de emenda constitucional, ou o Senado passa a prorrogação sem mexer no texto ou então ele volta para a Câmara dos Deputados. Se os deputados também resolverem alterar o aprovado pelo Senado, o processo retorna à apreciação dos senadores. Dá até para imaginar o que seria uma Câmara dos Deputados recebendo de volta um texto mexido pelo Senado. Ou este analisando a CPMF e a DRU uma segunda vez. Em resumo, é o seguinte: ou o Senado aprova o que Luiz Inácio da Silva mandou ou a prorrogação da CPMF e da DRU corre o risco de cair no buraco negro. Mais ou menos onde repousa a reforma tributária desde o fim de 2003.

O governo não vai querer correr o risco. É provável que, diante do problema, Lula decida finalmente construir no Senado uma base de apoio para atravessar o mandato sem muitos sobressaltos. Tivesse feito isso em 2002-2003, o Senado não teria transformado o primeiro quadriênio lulista em festa de peão de boiadeiro. Com o governo montado no lombo do touro bravo e torcendo para o tempo passar. Mas as informações palacianas dão a entender que o movimento para a formação da maioria está em curso, com um lote de senadores da oposição, especialmente do DEM, prontos a embarcar na arca de Noé do lulismo.

Um fator que retarda esse movimento é a dúvida sobre a decisão final do Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito da fidelidade partidária. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu que os mandatos pertencem aos partidos, o que coloca em risco os deputados e senadores que trocam de legenda. Na esfera do STF, o procurador-geral da República opinou que a decisão do TSE é inconstitucional, já que a Carta garante a todo cidadão brasileiro o direito de não se filiar a associações. Espera-se pela decisão final do STF. Se os juízes acompanharem o parecer da PGR, estará criada a situação ideal para Lula aplicar um *ippon* na oposição.

Um elemento que agrava a situação de parte dos senadores opositoristas, especialmente dos mais radicais no seu oposicionismo, é a eleição que irão enfrentar daqui a três anos. O leitor atento poderá fazer o seu próprio mapa e concluir que o radicalismo de próceres no Senado tem sido diretamente proporcional à sombra que paira sobre o futuro eleitoral de cada um. Com exceções raríssimas, vencer eleição para cargos majoritários nos estados, especialmente no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste, é também função da capacidade que o político tem de trazer para seu estado vantagens decorrentes da força política detém em Brasília. O voto, como se sabe, tem horror à fraqueza política. Que o diga o exemplo da Bahia nas eleições do ano passado. Por isso, cada um faz o máximo para ocupar da melhor maneira possível seu espaço de poder.

Outro fator que pesa a favor do governo na queda-debraço da CPMF e da DRU é que os governadores da oposição não querem nem ouvir falar em ficar sem dinheiro para a saúde e para investimentos com recursos federais. Especialmente os governadores que têm projeto para 2010. Ou seja, todos os governadores. Do outro lado, há uma facção opositorista no Congresso a quem só restaram, em termos de poder, os holofotes da mídia. E sua contumácia verbal anti-CPMF já foi longe demais para permitir recuos. Para quem transformou a CPMF no principal símbolo da “sanha arrecadatária” da União, será difícil apresentar como “vitória” uma eventual redução de 0,02 ponto percentual na alíquota da contribuição.

E a vida segue. Depois do caso Renan Calheiros e da CPMF, virá a batalha campal em torno da entrada da Venezuela no Mercosul. O PSDB já mandou avisar que travará uma guerra santa para evitar que o país de Hugo Chávez adira ao bloco econômico integrado por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Mais curioso é que a aproximação entre Chávez e o Mercosul começou ainda no governo Fernando Henrique Cardoso. Mas isso é o de menos. E a última declaração desastrada atribuída a Chávez sobre o Congresso Brasileiro simplesmente não aconteceu, segundo informa o jornalista Sérgio Leo, colunista do *Valor Econômico*. Mas na Brasília seca destes dias os fatos vão, pouco a pouco, perdendo importância para a necessidade compulsiva de se travar a luta política. É a versão verde-amarela do realismo mágico aplicado à política. Pena que, ao contrário da Macondo, aqui tenhamos ainda por cima que chegar uma seca que parece não ter dia para acabar.